

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte

O liberal

Class.:

65

Data

03.01.86

Pg.:

Lucio Flavio Pinto

Apenas mais um plano?

Amazônia vai mal, mas Anão é por falta de retórica. Ao contrário, os documentos oficiais têm sido produzidos para pintar uma imagem risonha e franca, prometer mundos e fundos, ainda quando em evidente colisão com a realidade. O percurso dos planos & projetos tem sido paralelo à dinâmica concreta da região, revelando-se apenas quando trazidos ao confronto dos fatos.

A história do planejamento na Amazônia já é longínqua. O primeiro plano de desenvolvimento regional é de 1946. O órgão encarregado de executá-lo, porém, só foi instalado sete anos depois, o que dá uma ideia da seriedade do planejamento. Durante esse período, todos repetiram o refrão da "valorização", um jargão ôco substituído, depois, por "integração". Antes, o país queria valorizar sua última fronteira de recursos. Não sabia o que ela possuía. Hoje, já sabe o que quer dela: que ajude as áreas mais ricas, dentro e fora do país, a enriquecerem ainda mais. O planejamento é a tinta para dourar a pílula. Registro escrito para os que vierem em seguida: ficarão sabendo que se quis o bem da região. O inexorável destino é que a levou por outros caminhos.

A Nova República está nos arremates finais do primeiro plano de desenvolvimento, que grupos de trabalho ainda discutirão hoje, em Belém. A retórica é a da ruptura. Na verdade, há uma linha de continuidade. É o quarto plano de desenvolvimento da Sudam, retomando o processo depois do vácuo do governo Figueiredo, que preferiu não fazer plano algum (a atitude sugere discernimento, mas não passa de inapetência). O antecessor do plano da Nova República é, assim, o nefando II PDA, a transparente expressão do neocolonialismo praticado na região, que vigorou de 1975 até 1979 procurando confirmar a "vocação" amazônica de supri-

dora de matéria-primas e insumos básicos.

O novo plano incorpora as críticas feitas pela oposição ao trabalho da administração anterior. Constata que, "decorridos cerca de 20 anos de lançamento das Metas e Bases para a Ação do Governo (a estratégia de desenvolvimento sócio-econômica brasileira), praticamente nada mudou. A Amazônia, embora tenha experimentado algum crescimento na fronteira de possibilidades de produção e na renda real per capita, ainda continua tão pobre quanto era antes".

Observa ainda que "os grandes dilemas e os grandes desafios do subdesenvolvimento amazônico parecem estar vinculados a condicionamentos históricos associados à implantação e expansão de uma estrutura econômica dual, deformada e incompatível com o estágio de desenvolvimento regional". Os frutos do progresso "só atingiram um pequeno contingente da sociedade amazônica", arre mata o documento.

Como diagnóstico, o plano está correto, mas pouco acrescenta ao que vem sendo escrito pelos analistas do processo de ocupação da Amazônia. Talvez haja alguma originalidade em um documento oficial declarar que na região consolidou-se uma "economia de exploração predatória, contrária aos interesses da sociedade regional e dos princípios conservacionistas dos recursos renováveis". Mas é originalidade puramente formal.

Se o primeiro plano de desenvolvimento da Nova República é um produto mais democrático, por receber contribuições de representantes de alguns segmentos sociais, além do próprio governo, naturalmente, não é tecnicamente melhor constituído, nem politicamente mais correto do que outros documentos anteriores. Técnica-

mente, não chega a ser rigorosamente um plano: não há previsão de usos e fontes, nem a ele foram acoplados projetos executivos. É mais um ato de contrição e uma declaração de intenções. Infelizmente, a prática tem ensinado a Amazônia a ser cética.

Na história da oratória governamental sobre a Amazônia há outras peças até mais brilhantes. O ex-ministro do Interior, Mário Andreazza, parecia encomendar à esquerda pronunciamentos para ler nas suas visitas a Belém. A prática era outra, mas o que ficava registrado no papel chegava a ser pungente. O general Garrastazu Médici leu candentes peças líricas sobre a pobreza. Os porões, no entanto, dançavam por outra música.

Não quer dizer que haja total divórcio entre o nível ideológico e a realidade concreta. Mas a evolução do discurso oficial é mais um reflexo do que a causa de uma mudança fática: é a engrenagem governamental rearrumando-se à nova situação. Mas como o I PDA da Nova República é mais um documento filosófico do que um instrumento operacional, fica difícil avaliar seu significado prático. Como o próprio regime estabelecido, o plano é um pouco tautológico, quase acaciano, ainda que bem intencionado e produto de criação coletiva.

A um leitor mais experimentado e já calejado por outras leituras, deixa uma inconvincente sensação de coisa já vista, de mais um papel para colocar nos arquivos, à espera dos historiadores nominalistas, enquanto "lá fora" as coisas são outras. Parece, enfim, mais um documento de oposição do que a manifestação normativa de uma administração que já é governo, mas não está muito interessada em destacar este aspecto. Nem em assumi-lo.